

FAP

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A
IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO
MÉDIO, FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR NA CIDADE DE LAJES
PINTADAS (RN)**

FELIZARDO FERREIRA GOMES DE SENA

**NATAL/RN
2009**



FARN

FELIZARDO FERREIRA GOMES DE SENA

**ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A
IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO
MÉDIO, FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR NA CIDADE DE LAJES
PINTADAS (RN)**

Monografia do Curso de Pós-Graduação MBA em
Administração Financeira da Faculdade Natalense
para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito obrigatório para obtenção do Grau de
Especialista em Administração Financeira.
Orientador: Aluísio Alberto Dantas, M.Sc

NATAL/RN
2009

RD-35420
1001528
10 06 09

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Sena, Felizardo Ferreira Gomes de

Análise da viabilidade econômica e financeira para a implantação da educação em tempo integral para o ensino médio, fundamental e pré-escolar na cidade de Lajes Pintadas (RN). – Natal: FARN, 2009.

38f.

Orientador: Aluísio Alberto Dantas (Msc.)

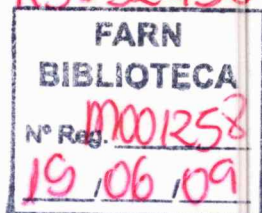
Monografia (MBA em Administração Financeira) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Administração Financeira – Monografia. 2. Planejamento Econômico – Monografia. 3. Orçamentos – Educação – Monografia. 4. Título.

RN/FARN/BC

CDU 658

RB-32450



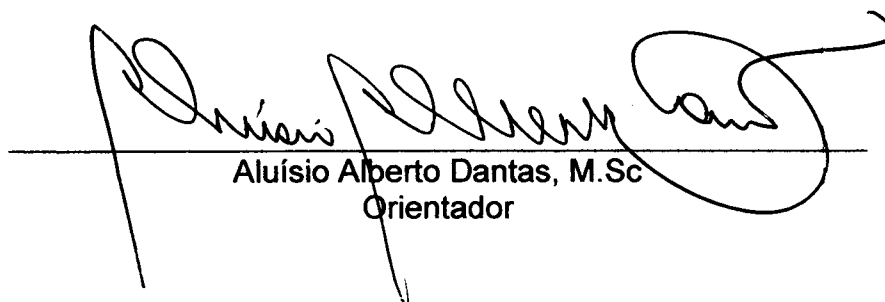
658.15
59772
2009
12x21

FARN

FELIZARDO FERREIRA GOMES DE SENA

**ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A
IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO
MÉDIO, FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR NA CIDADE DE LAJES
PINTADAS (RN)**

Monografia apresentada e aprovada em 5 de Junho de 2009, pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:



Aluisio Alberto Dantas, M.Sc
Orientador



Dedico este trabalho `a minha família, pelo grande apoio que tem me dado para a conquista de mais uma vitória em minha vida e ajudando-me a superar as barreiras impostas ao longo do caminho, e especialmente `a minha esposa Marisa Oliveira Rodrigues de Sena por ter me apoiado e incentivado para a conclusão desta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar presente em todos os momentos da minha vida, guiando, iluminando em todas as decisões e momentos tristes e/ou alegres que fizeram parte desta jornada.

Aos meus pais, Francisco Gomes de Sena e Rita Ferreira Gomes, que infelizmente não se encontram mais entre nós, por toda luta, dedicação e esforços que foram desprendidos durante toda vida, para que hoje eu pudesse concretizar mais um objetivo em minha vida. São exemplos que irei seguir por toda vida.

A minha esposa, Marisa Oliveira Rodrigues de Sena, aos meus filhos, Heloísa Rodrigues de Sena, Camila Rodrigues de Sena e Igor Rodrigues de Sena, a minha neta, Maria Eduarda de Sena Joventino, e aos meus irmãos que também fizeram parte dessa jornada e sabem por tudo que passei e quanto é importante a nossa união, que seja sempre assim.

Aos colegas do curso, especialmente ao nosso grupo que se manteve unido do início ao fim do curso.

Agradeço à Coordenação da Pós-Graduação, aos funcionários, aos professores, em especial aos orientadores da monografia, ora concluída, e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O estudo a seguir refere-se a um trabalho monográfico, realizado com o objetivo de analisar a viabilidade econômica e financeira para a implantação da educação em tempo integral para o ensino médio, fundamental e pré-escolar na cidade de Lajes Pintadas (RN), tomando por referência a pesquisa de orçamentos e ou demonstrativos do FUNDEF/FUNDEB destinados, especificamente, para serem aplicados em Educação, além dos demonstrativos financeiro de repasse aos Estados e Municípios pela Secretaria do Tesouro Nacional da Fazenda, os recursos do FPM; diante dessas informações e comparadas com a população estudantil dessa Cidade, é possível traçar a viabilidade de implantação da Educação em tempo integral, mas também planejar com responsabilidade, que possa acontecer essa implantação por etapa, como sugestão, poderia começar pela pré-escola e fazendo acontecer com as demais etapas de acordo com o planejamento para cada situação, de forma que, o objetivo maior seria preparar os jovens para ter seu ingresso nas Universidades e consequentemente no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação em período integral.

ABSTRACT

The study below refers to a monographic study, carried out to examine the financial and economic feasibility for the implementation of full-time education for high school, primary and pre-school in the town of Lajes Pintadas (RN) by taking reference of the research budgets and the statements or FUNDEF / FUNDEB intended, specifically, to be applied in education, in addition to the financial statements of lending to states and municipalities by the National Treasury Secretariat of Finance, the resources of the FPM, before such information and compared with a student population of this city, it is possible to establish the feasibility of deployment of the full-time education, but also with responsibility plan, which could happen by the deployment phase, as suggested, could start with pre-school, and making happen with the other stages in accordance with the planning for every situation, so the goal was more to prepare young people to take your ticket at the universities and therefore in the labor market.

Key-words: Full-time education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública
 CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
 DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
 FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
 FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios
 GPS – Gasto Público Social
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 MEC – Ministério da Educação
 OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 ODMs – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 PIB – Produto Interno Bruto
 PPC – Paridade do Poder de Compra
 SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	09
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA OU OPORTUNIDADE	10
1.3 OBJETIVO	11
1.3.1 Objetivo Geral	11
1.3.2 Objetivos Específicos	11
1.4 JUSTIFICATIVAS	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 O INÍCIO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL	13
2.2 DIDÁTICA DA AÇÃO	13
2.3 A ESCOLA PÚBLICA E INTEGRAL COMO SOLUÇÃO	15
2.4 EDUCAÇÃO COMO META POLÍTICA	15
3 METODOLOGIA	21
3.1 TIPO DE PESQUISA	21
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	22
4.1 FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE ENSINO FUNDAMENTAL	23
4.1.1 Gastos Comparados em Educação	26
4.1.2 Valorização do Magistério	28
4.1.3 Participação e Controle Social	30
4.2 A PROPOSTA DO FUNDEB	31
4.3 ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO EM 2007	32
4.4 MATRÍCULAS REALIZADAS	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar um plano de trabalho para a implantação da educação em tempo integral na cidade de Lajes Pintadas (RN), que vai da pré-escola ao ensino médio, proposta pelo curso de especialização em Administração Financeira.

Após estudos para análise e diagnóstico do cenário na cidade de Lajes Pintadas e também do Rio Grande do Norte e principalmente na busca de descobrir nossas potencialidades, além de realizar uma auto-avaliação, decide-se por fim que o início das atividades seria pela faixa etária menor, no caso, a pré-escola, entendendo que a educação deve ser fortalecida a partir da base, do começo. Assim sendo, sua iniciação deverá ocorrer no segundo semestre de 2009.

Apresenta-se também nesse trabalho o planejamento estratégico para essa fase inicial da implantação, sendo possível através da análise do ambiente criar consciência das oportunidades e conseqüentemente lançar-se aos riscos, verificando e analisando os pontos fortes e fracos para o cumprimento da sua missão, que se encontra exposta no desenvolvimento desse trabalho, e com o olhar em direção ao futuro aproveitando as oportunidades e minimizando os riscos, de forma que a visão de futuro para os próximos anos da educação da cidade de Lajes Pintadas (RN) esteja posta neste plano de ação.

Na execução de suas atividades, fruto do planejamento estratégico participativo, pretende realizar parcerias com toda a comunidade lajespintadense, reconhecendo as potencialidades individuais e distintas unindo-se para que cada um aproveite o seu talento, formando uma comunidade com profissionais de diversas áreas de conhecimento, de forma a atender todas as suas necessidades básicas e de seus familiares.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A presente pesquisa tem como universo de estudo a cidade de Lajes Pintadas, localizada na microregião Borborema Potiguar do estado do Rio Grande do Norte. A mesma tem uma população de 4.217 habitantes e a sua área geográfica

de 130 km². Segundo censo do IBGE de 2007.

Diante da globalização que hoje é a realidade na vida das famílias brasileiras e de todo o mundo, o casal como representante familiar, que com a evolução dos tempos precisou deixar seus lares para trabalhar e assim permanecendo fora de suas casas em média de seis a oito horas/dia.

A partir desta situação, surge um dado novo, os filhos que estão chegando e conseqüentemente precisando estudar, mas as escolas estão preparadas e/ou programadas para o funcionamento de apenas um turno por aluno, ficando aí este aluno no outro turno em casa com alguns familiares, secretárias quando possível e as vezes sozinhos.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA OU OPORTUNIDADE

As Escolas existentes no Município de Lajes Pintadas precisam ser ajustadas para poder receber seus alunos nos dois turnos. Inicialmente é possível viabilizar uma avaliação para que a implantação possa acontecer por etapas, diante dos ajustes de estrutura física para funcionamento total. Por exemplo, começando pela pré-escola, depois o ensino fundamental e em seguida o ensino médio.

Não basta apenas focalizar os problemas, mas também as oportunidades, pois no município existe grandes probabilidades de desenvolver programas com jovens, no sentido de profissionalizar em áreas diversas como por exemplo a apicultura e minérios, que hoje a pedra-sabão é uma realidade neste município em expansão, dentre outras atividades como o esporte, todas essas áreas podem ser aproveitadas dentro da escola de tempo integral.

O município é considerado relativamente pequeno e isto facilita um pouco ou em parte para um funcionamento com sucesso diante do pequeno número de alunos se compararmos com as grandes cidades.

Diante do exposto, elaborou-se a seguinte questão: Que condições viabilizam a implantação de escola em tempo integral para a população juvenil de Lajes Pintadas?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar a viabilidade econômica e financeira para a implantação da Educação em tempo integral para o ensino médio, fundamental e pré-escola na cidade de Lajes Pintadas (RN).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Estimular o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para a questão do protagonista juvenil;
- Promover a integração família-escola-comunidade;
- Incentivar a formação continuada dos educadores e dos demais servidores participantes do processo;
- Utilizar a avaliação como instrumento de melhoria da qualidade do processo de aprendizagem e da gestão;
- Participar da formação de um estudante autônomo, solidário e produtivo;
- Oferecer jornada ampliada aos alunos.

1.4 JUSTIFICATIVAS

O estudo de realidades econômicas assume situações de importância em função de sua utilidade como instrumento de diagnóstico para a formulação programas e projetos macro ou microeconômicos. Esse diagnóstico é relevante em função da sua utilidade na identificação e análise das situações, fatos e/ou ocorrências, bem como na descrição de causas e efeitos de fenômenos econômicos e sociais, os quais permitiram a tomada de decisão de curto, médio e longo prazo.

Justifica-se o presente estudo sobre a importância da educação em tempo integral na cidade de Lajes Pintadas (RN), considerando a sua importância em

permitir que os dados sejam explorados para enfoques diversos, podendo assim atingir todas as classes da sociedade local.

Fundamental se faz reconhecer a necessidade e importância de organizar as idéias sobre especificidades e viabilidade do negócio pretendido, no desenvolvimento desse plano de ação, apresentam-se e descrevem-se informações fundamentais para dar início, e, por conseguinte, operacionalizar a implantação da educação em tempo integral na cidade de Lajes Pintadas (RN).

Reconhece não existir uma fórmula pronta, mas que sendo essa bem planejada, identificando as ações e estratégias é possível mantê-la saudável, transpondo com mais firmeza e determinação os riscos que são próprios de qualquer ação na sua fase inicial.

O planejamento estratégico da implantação da Educação em tempo integral é norteado pela forma articulada de unir ações, objetivos e desafios para o efetivo cumprimento da missão da ação proposta, mesmo reconhecendo que cada empreendimento conta com um conjunto de fatores e condições específicas de cada negócio transposto por estratégias inovadoras e eficazes.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O INÍCIO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira (1900-1971) foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação, Anísio não se preocupava em defender apenas suas idéias. Muitas delas eram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno ao fazer um curso de pós-graduação nos Estados Unidos.

Dewey considerava a educação uma constante reconstrução da experiência. Foi esse pragmatismo, observa a professora Maria Cristina Leal, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que impulsionou Anísio a se projetar para além do papel de gestor das reformas educacionais e atuar também como filósofo da educação. A marca do pensador Anísio era uma atitude de inquietação permanente diante dos fatos, considerando a verdade não como algo definitivo, mas que se busca continuamente.

Para o pragmatismo, o mundo em transformação requer um novo tipo de homem consciente e bem preparado para resolver seus próprios problemas acompanhando a tríplice revolução da vida atual: intelectual, pelo incremento das ciências; industrial, pela tecnologia; e social, pela democracia. Essa concepção exige segundo Anísio, “uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução”.

2.2 DIDÁTICAS DA AÇÃO

As novas responsabilidades da escola eram, portanto, educar em vez de instruir; formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto em vez de transmitir um passado claro; e ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade. Para isso, seria preciso reformar a escola, começando por dar a ela uma nova visão da psicologia infantil.

O próprio ato de aprender, dizia Anísio, durante muito tempo significou simples memorização; depois seu sentido passou a incluir a compreensão e a expressão do que fora ensinado; por último, envolveu algo mais: ganhar um modo de agir. Só aprendemos quando assimilamos uma coisa de tal jeito que, chegado o momento oportuno, sabemos agir de acordo com o aprendido.

Para o pensador, não se aprendem apenas idéias ou fatos, mas também atitudes, ideais e senso crítico – desde que a escola disponha de condições para exercitá-los. Assim, uma criança só pode praticar a bondade em uma escola onde haja condições reais para desenvolver o sentimento. A nova psicologia da aprendizagem obriga a escola a se transformar num local onde se vive e não em um centro preparatório para a vida. Como não aprendemos tudo o que praticamos, e sim aquilo que nos dá satisfação, o interesse do aluno deve orientar o que ele vai aprender. Portanto, é preciso que ele escolha suas atividades.

Por tudo isso, na escola progressiva as matérias escolares – Matemática, Ciências, Artes etc. – são trabalhadas dentro de uma atividade escolhida e projetada pelos alunos, fornecendo a eles meios de desenvolver sua personalidade no meio em que vivem. Nesse tipo de escola, estudo é o esforço para resolver um problema ou executar um projeto, e ensinar é guiar o aluno em uma atividade.

Quanto à disciplina, Anísio afirmava que o homem educado é aquele que sabe ir e vir com segurança, pensar com clareza, querer com firmeza e agir com tenacidade. Numa escola democrática, mestres e alunos devem trabalhar em liberdade, desenvolvendo a confiança mútua, e o professor deve incentivar o aluno a pensar e julgar por si mesmo. “Estamos passando de uma civilização baseada em uma autoridade externa para uma baseada na autoridade interna de cada um de nós”, diz ele em seu livro *Pequena Introdução à Filosofia da Educação*.

Como preparar o professor para essa tarefa hercúlea da escola de hoje, ocupada por tantos alunos que não se contentam em aprender apenas as técnicas e conhecimentos mais simples, mas também as últimas conquistas da ciência e da cultura? O que fazer quando eles exigem informações até mesmo sobre tendências indefinidas e problemas sem solução? Para responder a tantas questões, os educadores do mundo todo precisarão de novos elementos de cultura, de estudos e de recursos, propôs o pensador, que na prática instalou novos cursos para professores. Só assim, dizia: os mestres tentarão renovar a humanidade para “a grande aventura de democracia que ainda não foi tentada”.

2.3 A ESCOLA PÚBLICA E INTEGRAL COMO SOLUÇÃO

Para ser eficiente, dizia Anísio, a escola pública para todos deve ser de tempo integral para professores e alunos, como a Escola Parque por ele fundada em 1950 em Salvador, que mais tarde inspiraria os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) do Rio de Janeiro e as demais propostas de escolas de tempo integral que se sucederam. Cuidando desde a higiene e saúde da criança até sua preparação para a cidadania, essa escola é apontada como solução para a educação primária no livro *Educação Não É Privilégio*. Além de integral, pública, laica e obrigatória, ela deveria ser também municipalizada, para atender aos interesses de cada comunidade. O ensino público deveria ser articulado numa rede que se estendesse até a universidade. Anísio propôs ainda a criação de fundos financeiros para a educação, mas, mesmo com o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), os recursos são insuficientes para sustentar esse modelo de escola.

2.4 EDUCAÇÃO COMO META POLÍTICA

Nos anos 1920, com a crescente industrialização e a urbanização em todo o mundo, a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento levou um grupo de intelectuais brasileiros a se interessar pela educação – vista como elemento central para remodelar o país. Os novos teóricos viam num sistema estatal de ensino livre e aberto o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais. Esse movimento chamado de Escola Nova ganhou força nos anos 1930, principalmente após a divulgação, em 1932, do Manifesto da Escola Nova. O documento pregava a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os nomes de vanguarda que o assinaram estavam, além de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo (1894-1974), que aplicou a sociologia à educação e reformou o ensino em São Paulo nos anos 1930, o professor Lourenço Filho (1897- 1970) e a poetisa Cecília Meireles (1901-1964). A atuação desses pioneiros se estendeu por décadas, muitas vezes criticada pelos defensores da escola particular e religiosa. Mas eles ampliaram sua atuação e influenciaram uma nova geração de educadores como Darcy Ribeiro (1922-1997) e Florestan Fernandes (1920-1995). Anísio foi mentor de

duas universidades: a do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, desmembrada pela ditadura de Getúlio Vargas, e a de Brasília, da qual era reitor quando do golpe militar de 1964.

Atualmente, nas escolas, os alunos da pré-escola, da 1ª à 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio têm uma jornada escola de 4 a 5 horas diárias, que passará a ser de 9 a 10 horas. Haverá para a escola de funcionamento integral três refeições: lanche pela manhã, almoço e lanche à tarde garantindo melhores condições para o aprendizado. As escolas funcionarão em período integral a partir de 2009. As Escolas de Tempo Integral começarão a funcionar na área urbana do município com projeções para no futuro seguir também para a área rural.

Quanto ao currículo convencional dentro da sala de aula, as escolas oferecerão, pela manhã, aulas de todas as disciplinas do núcleo comum. No período da tarde, serão oferecidas oficinas culturais (dança, música, teatro e artes plásticas), e atividades esportivas (atletismo, ginástica, xadrez e jogos cooperativos). Haverá também orientação à pesquisa e aos estudos, aulas de resolução de problemas matemáticos, hora da leitura, aulas de informática, práticas em salas ambiente de ciências físicas e biológicas, práticas de educação ambiental e qualidade de vida. Para que tudo isso aconteça os educandos entrarão às 7 horas da manhã e sairão às 17 horas. Esse projeto inovador terá um alcance de implantação para toda a comunidade de Lajes Pintadas, cujo objetivo é fazer da escola pública uma escola que faz a diferença.

Ao todo, o projeto vai beneficiar todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino. Na zona rural desta comunidade, as escolas municipais vão iniciar esta primeira etapa, depois de terem passado pela avaliação da equipe técnica da Secretaria da Educação do Município para saber se estão habilitadas a receber seus estudantes em período integral. O hábito quotidiano nas escolas de tempo integral incluirá também aulas de língua estrangeira moderna e de filosofia (estas com a finalidade de trabalhar conceitos de ética e de convivência, com o intuito de estimular a consideração e o respeito pelos outros e o resgate de valores), além de atividades enfatizando uma cultura empreendedora e o incentivo ao protagonismo juvenil.

Quanto aos projetos pedagógicos de cada escola, terão características diversas e aspectos diferenciados, determinados pelas peculiaridades culturais, pela realidade econômica e pelas exigências da comunidade. A escola em tempo integral

foi uma idéia difundida por educadores brasileiros como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, há mais de 50 anos. É necessário, no entanto, a sustentação de infraestrutura mínima para disponibilizar um ensino eficaz, pois a simples permanência por mais horas dentro de uma escola não é garantia de aprendizado.

A natureza fundamental dessa proposta é o acesso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes nas escolas públicas e a melhoria da qualidade da aprendizagem. Esse aluno terá assistência integral em suas necessidades básicas e educacionais, melhorando o aprendizado escolar, aumentando a auto-estima e resgatando valores, reduzindo assim os índices de evasão, de repetência e de defasagem de ensino/aprendizagem.

A escola de tempo integral demonstra em primeiro lugar a exigência pela popularização da educação, no sentido de uma escola universal de qualidade que prepare o cidadão para a vida, com integração dos conhecimentos em abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e transversais. A escola de tempo integral era um ideal do grande educador Anísio Teixeira, Educador Nacional, que hoje se concretiza.

As políticas públicas que buscam garantir a permanência das crianças nas escolas revelam a percepção, por parte da sociedade política – e também da civil, que existe e necessidade de construção de uma nova identidade para a instituição escolar. Correspondendo a esta realidade, a partir de 2009, os rumos das políticas de educação, em Lajes Pintadas, tem tido como alvo a implantação da educação em tempo integral.

Em 2009, algumas das escolas da rede municipal de Lajes Pintadas passarão a atender os alunos em horário integral. Um dos objetivos da Secretaria de Educação, nesse sentido, é oportunizar aos alunos uma educação mais abrangente, a fim de que a escola se efetive como espaço-cultural, para além de um enfoque predominantemente cognitivista.

Visando a reflexão sobre este tema/problema, o estudo que ora apresentamos tem, por objetivo geral, compreender o processo de implantação da Educação em Tempo Integral, no município de Lajes Pintadas, a partir do estudo de caso em uma escola desse município. Como objetivos específicos, elencamos: (a) descrever o processo de idealização e construção da política de educação em tempo integral no município de Lajes Pintadas; (b) verificar o alcance de um de seus objetivos – oportunizar aos alunos uma educação mais abrangente a fim de que a

escola se efetive como espaço sócio-cultural para além de um enfoque predominantemente cognitivista; (c) investigar e analisar, no cotidiano escolar, os avanços e as dificuldades encontrados pela escola escolhida na implantação dessa política pública, face o seu projeto pedagógico e, por último, (d) compreender as estratégias utilizadas pela escola para alcançar os objetivos traçados no Projeto Político Pedagógico, em consonância com as Políticas Públicas e a Legislação vigente.

Este tema/problema é importante para nós, na medida em que, como professor da rede municipal de Lajes Pintadas, começamos a perceber a movimentação em torno da implantação de um tempo integral nessa rede. Observamos uma primeira reflexão sobre o tema na construção do Plano Decenal Municipal de Educação. Este com vigência no período de 2009/2018 estabelecem como uma das metas da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médio: “Ampliar, gradativamente, o horário de atendimento nas escolas da rede pública, respeitando a carga horária do professor, garantindo profissionais especializados e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades extracurriculares, como: oficinas literárias, artísticas, esportivas, tecnológicas e outras, até 2018”.

Como tínhamos pouco conhecimento acerca deste tema/problema começamos uma busca bibliográfica sobre o assunto, a fim de aprofundar nossos estudos, ampliando assim nossos conhecimentos para melhor entendimento das concepções de educação integral.

Para melhor compreender a concepção e as práticas que emergem em uma educação com tempo integral, iniciamos um primeiro movimento teórico que respaldasse nossas reflexões iniciais. Nesse sentido, a leitura de livros, artigos e textos de Cavaliere (2002); Coelho (1997); Maurício (2004); Gonçalves (2006); Elias (1998), entre outros, nos possibilitaram o desenvolvimento de um olhar crítico e investigativo, até então pouco desenvolvido.

Gonçalves (2006) destaca que a educação integral entendida enquanto formação integral é a concepção mais comumente encontrada e empregada. Nessa concepção de educação integral, o sujeito é compreendido,

em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitivista, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial. (GONÇALVES, 2006, p. 2-3).

Numa proposta de Escola de Tempo Integral, todas as atividades desenvolvidas devem ser entendidas como atividades educativas, o que permite que “o horário integral transforme-se em educação de tempo integral” (COELHO, 1997). Essas atividades educativas integram conhecimentos e saberes e podem se desenvolver para além dos espaços e tempos formais da escola.

A partir das leituras realizadas, algumas questões se fizeram presentes: como está ocorrendo o processo de implantação da política de Educação em Tempo Integral na rede municipal de ensino de Lajes Pintadas? Como este processo vem sendo desenvolvido, especificamente na escola pesquisada? Quais os fatores facilitadores ou complicadores do processo? Como as demais escolas estão se organizando para alcançar os objetivos propostos?

Acreditamos que essa investigação é relevante em face de contribuição para a reflexão, construção de diretrizes e expansão da modalidade da Educação em tempo Integral no município em questão, uma vez que a política pública que busca educação em tempo integral vem se consolidando, inclusive em nível nacional.

Em termos metodológicos, pretendemos respaldar esta pesquisa na abordagem qualitativa, utilizando a estratégia de investigação de estudo de caso. Nesse sentido, realizaremos, inicialmente, a análise da legislação pertinente à política de implantação da educação em tempo integral, tanto no Brasil quanto no município pesquisado (Constituição Federal/1988; LDB; Plano Nacional de Educação, Plano Decenal Municipal de Educação, Minuta de Lei – Escola de Educação em Tempo Integral, entre outros) e também analisando o projeto político pedagógico e o Regimento Interno da escola escolhida para campo de investigação, visando à consecução do quarto objetivo específico do estudo. Utilizaremos ainda a entrevista semi-estruturada, inicialmente com o representante da Secretaria de Educação responsável pela coordenação desta política e com a direção e coordenação pedagógica da escola, além de 3 (três) professores envolvidos no processo, perfazendo um total de 6 (seis) entrevistas.

Também será realizada a observação de reuniões pedagógicas e administrativas que venham a ocorrer na escola no período da pesquisa, com o intuito de apreender os limites e possibilidades de implantação da educação em tempo integral naquela instituição. Neste estudo de caso, que segundo Merriam (citado por BODGAN; BIKLEN, 1994) “consiste na observação detalhada de um contexto, um indivíduo, de uma única fonte de acontecimentos ou de um

acontecimento específico”, pretendemos, ao longo do período, contextualizar e relatar o desenvolvimento da proposta de educação em tempo integral, investigando como se deu a implantação desta política na escola – como se processou, e que modificações se operaram na execução do plano inicial.

3 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica significa o levantamento de bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar. Ela precisa explicar um problema a partir da referência teórica publicada em documentos. Buscar, conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto e percorrem todos os passos formais do trabalho científico através das aulas expositivas, pesquisas em livros, revistas técnicas, periódicos, formais, base de dados, consultas em teses e dissertações defendidas nas universidades, busca pela internet, conversas com professores (linha de pesquisa).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é considerada descritiva. Gil (1996, p.46) afirma que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Tem como objetivo conseguir informações para resposta de um problema. A pesquisa não resume apenas na coleta, pressupõe a interpretação dos dados coletados. Primeiro é feita uma pesquisa com informações sobre técnicas e determinações da amostra, para apoio da conclusão final. Após a pesquisa bibliográfica deve-se: selecionar e enunciar um problema e em seguida apresentar os objetivos da pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa analisa/visualiza a transformação da estrutura existente da educação em Lajes Pintadas (RN) para um sistema educacional em tempo integral e também seu financiamento/sustentabilidade.

Os indicadores brasileiros de Investimentos Públicos em Educação fornecem informações de cunho orçamentário e financeiro sobre a aplicação de recursos públicos em todos os níveis de ensino, desagregados por natureza de despesas, subfunção e por dependência administrativa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), além de índices financeiros educacionais, como o percentual do investimento em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), percentual do investimento em educação em relação ao Gasto Público Social (GPS), Percentual do Investimento em Educação por aluno em relação ao PIB *per capita* desagregados por dependência administrativa e níveis de ensino.

O investimento de recursos públicos na área educacional compreende os valores financeiros brutos aplicados pelo setor público no atendimento de demandas educacionais, como no custo de bens e serviços - inclusive bens de capital - e nas transferências, excetuando-se a depreciação e a amortização dos investimentos em estoque. O conceito utilizado para a agregação corresponde à finalidade dos recursos alocados por área de atuação.

A cobertura dos investimentos públicos em educação compreende a formulação de política, manutenção e desenvolvimento do ensino, a expansão e melhoria das escolas de diversos níveis e modalidades de ensino, dos estabelecimentos de educação, dos programas de assistência ao estudante, entre outros.

Os recursos públicos aplicados em educação correspondem aos dispêndios realizados pela administração direta, por autarquias e fundações, financiadas com recursos de impostos e de contribuições e com receitas próprias.

Considerou-se como despesa na área educacional toda aquela efetuada como sendo de educação pelas unidades orçamentárias que exercem funções governamentais, independentemente de estar registrada em outras funções, tais como administração geral ou encargos especiais.

Os indicadores de Investimentos Públicos em Educação têm como fonte

estudos e pesquisas elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do Ministério da Educação (MEC), com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

4.1 FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE ENSINO FUNDAMENTAL

A educação no Brasil está estruturada em Educação Infantil (pré-escola), Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, conforme se conclui do texto da Constituição Federal de 1988, Capítulo III, Seção I. Segundo o estabelecido no art. 208 desta Carta, o Ensino Fundamental é obrigatório, sendo dever do Estado ofertá-lo de forma gratuita.

No tocante ao financiamento, a Constituição estabelece que os entes da federação deverão organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração (art.211) e aplicar, anualmente, parcela mínima das receitas resultantes de impostos, inclusive transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Cabe à União aplicar 18% de sua receita; e aos estados, Distrito Federal e municípios, 25% das suas (art. 212) – Além dessas fontes, de acordo com o § 5º do art.212 da Constituição, o Ensino Fundamental público recebe como financiamento adicional os recursos da contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, de acordo com o Decreto nº 3.142, de 16 de agosto de 1999. Da porcentagem da União, pelo menos 30% desses recursos devem ser aplicados na erradicação do analfabetismo e na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Como foi determinada a prioridade para o atendimento das necessidades do Ensino Fundamental, por ser obrigatório, na distribuição dos recursos para educação (art. 212, § 3º), e de acordo com o art. 60 do ADCT, O Governo promulgou a lei que dispõe sobre a organização do Fundef, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, e fixou um valor mínimo por aluno/ano. Este Fundo foi regulamentado em dezembro de 1996, pela Lei nº 9.424, oito anos depois da promulgação da Carta Magna, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Todavia, o Fundo só foi realmente implantado no âmbito nacional a partir de janeiro

de 1998, dez anos depois da Constituição ser aprovada.

O Fundef apresenta uma estratégia geográfica federativa de alocação financeira para oferta educacional, redistribuindo recursos dos Estados com maior arrecadação para aqueles com maior carência orçamentária e procurando, dentro de suas limitações, promover uma equidade territorial na aplicação desses recursos – pelo menos o cumprimento de uma quantidade mínima por aluno matriculado no Ensino Fundamental. A União tem a obrigação de complementar os recursos do Fundo sempre que, em cada Estado ou no Distrito Federal, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, conforme o § 3º do art. 60 do ADCT. Segundo o § 7º deste mesmo artigo, a lei deveria dispor sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno, mas o que ocorreu inicialmente foi o estabelecimento de um valor, sem a devida explicitação da fórmula para calculá-lo.

A Lei nº 9.424/96, em seu art. 6º, § 4º, definiu como valor mínimo R\$ 300,00 (em valores correntes). A partir de 1988, o valor foi fixado por meio de Decreto Federal. De 2000 em diante, o valor passou a ser diferenciado conforme as séries do Ensino Fundamental (Tabela 4.1), convergindo para o disposto no art. 2º, § 2º da referida Lei, que estabelece que a distribuição dos recursos deverá considerar a diferenciação de custos por aluno, segundo os níveis de ensino (1ª a 4ª séries ou 5ª a 8ª séries) e tipos de estabelecimentos (de ensino especial ou escolas rurais). O completo atendimento desta determinação só ocorreu em 2005, conforme pode ser constatado na tabela abaixo.

Tabela 4.1 – Valor Mínimo Nacional por Aluno/Ano do Fundef – 1997-2006
(R\$ Correntes)

Ano	1ª a 8ª série	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série e educação especial	1ª a 4ª série rural	1ª a 4ª série urbana	5ª a 8ª série rural e educação especial	5ª a 8ª série urbana
1997	300,00						
1998	315,00						
1999	315,00						
2000		333,00	349,65				
2001		363,00	381,15				
2002		418,00	438,90				
2003		462,00	485,10				
2004		537,71	564,60				
2005				632,97	620,56	664,00	651,59

Fonte: Ministério da Educação, 2007

O total de recursos do Fundef em 1998 foi de R\$ 13,2 bilhões, evoluindo para R\$ 28,6 bilhões em 2004. A despeito desse aumento no volume financeiro, o peso da complementação por parte da União apresentou trajetória decrescente entre 1998 e 2004, reduzindo-se para a metade daquilo que significava no primeiro ano da implementação do Fundo (Tabela 4.2). A base de cálculo para o coeficiente de distribuição desses recursos em 1998 e 1999 foi consoante o total de alunos matriculados no Ensino Fundamental regular constante no Censo Escolar do ano letivo anterior. A partir de 2000, o critério de definição da quantia que cada Estado ou município iria receber por seus alunos foi modificado, alterando a fórmula dos coeficientes para diferenciar o per capita de acordo com a segmentação do Ensino Fundamental em 1ª a 4ª séries, por um lado, e 5ª a 8ª séries e Educação Especial, por outro.

Tabela 4.2 – Total de Recursos do Fundef e Complementação da União
1998 – 2004 (R\$ milhões correntes)

Ano	Total de recursos do Fundef (a)	Complementação da União(b)	Percentual (b)/(a)
1998	13.222,28	434,82	3,3%
1999	15.346,53	675,06	4,4%
2000	17.649,19	505,64	2,9%
2001	19.941,75	451,94	2,3%
2002	22.950,80	421,80	1,8%
2003	25.176,61	335,75	1,3%
2004	28.620,32	485,00	1,7%

Fonte: Ministério da Educação, 2007

No caso da distribuição da Complementação da União aos recursos do Fundef por região, percebem-se, de acordo com a Tabela 4.3, que a distribuição desses recursos se concentrou nas Regiões Nordeste e Norte. Normalmente a Região Nordeste recebeu em média 80% destes recursos (começando com 75% em 1998, atingindo o pico de 84% em 2001 e depois se retraindo para 77% em 2004).

Tabela 4.3 – Distribuição dos recursos da Complementação da União ao Fundef por Região e Esfera de Governo – 1998 a 2004 (R\$ milhões correntes)

Região	Esfera	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Norte	Est.	62,9	56,5	33,7	21,3	19,9	19,0	26,9
	Mun.	44,5	77,2	57,7	49,4	51,8	52,3	83,3
	Total	107,4	133,7	91,4	70,6	3	71,3	110,1
Nordeste	Est.	128,3	189,6	135,9	123,2	109,3	74,7	82,6
	Mun.	199,2	351,7	278,4	258,1	240,8	189,7	292,2
	Total	327,4	541,4	414,3	381,3	350,1	264,4	374,9
Brasil	Est.	191,2	246,1	169,6	144,4	129,2	93,7	109,5
	Mun.	243,7	429,0	336,1	307,5	292,8	242,0	375,5
	Total	434,8	675,1	505,6	451,9	421,8	335,7	485,0

Fonte: Ministério da Educação, 2007

O montante de recursos da complementação da União aumentou em 11,5% no total. No caso do Nordeste, elevou-se em 14,5%, contra 2,6% no Norte. A distribuição para as redes estaduais apresentou evolução negativa entre 1998 e 2004, contrariando ao recebimento da complementação por parte das redes municipais. Isso reflete o processo de municipalização que ocorreu com o Ensino Fundamental no período considerado. Em termos de redes estaduais, a redução foi maior no Norte (-57%) do que no Nordeste (-36%) e no total da complementação (-43%). Quanto à expansão para as redes municipais, apesar de as redes do Nordeste terem se beneficiado mais, em termos absolutos, o maior crescimento relativo se deu na Região Norte (87%) – mas ambas as redes se beneficiaram muito com a expansão de 54% na representação dos municípios no total dos recursos de complementação.

4.1.1 Gastos Comparados em Educação

O gasto total com educação no Ensino Fundamental aumentou consideravelmente ao longo da década de 90. Segundo Almeida (2001), o gasto realizado nas redes municipais elevou-se 45% em termos nominais e 31% em termos reais para o período de 1997 a 1999. O gasto nas redes estaduais aumentou em 17% e 5% respectivamente, para o mesmo período. Essa diferença pode ser explicada, por um lado, pela municipalização do ensino ocorrida na década passada e, por outro, pela orientação do Fundo para o Ensino Fundamental, que é de

responsabilidade do município. Todavia, esse aumento não se refletiu em uma variação relevante no gasto em educação medido como percentual do PIB – que permaneceu pouco acima de 4% nos anos considerados.

Em termos da proporção do PIB, o Brasil está em posição similar a países como Argentina, Chile, México e Coréia do Sul, e bem próximo à média apresentada pela OCDE. Por outro lado, apesar desta semelhança, o gasto por aluno/ano no Ensino Fundamental brasileiro é muito inferior ao dos países em desenvolvimento. A Argentina gasta o dobro por aluno no Ensino Fundamental por ano frente ao executado pelo Brasil. Em comparação com o Chile, essa relação eleva-se para 2,5 vezes. No caso da Coréia, chega a atingir 4,5% vezes. O México possui gastos 63% maiores que o Brasil. Em relação à média da OCDE, este percentual chega a 483% (Tabela 4.4).

Tabela 4.4 Gastos em Educação Fundamental
Em países da OCE – 2001 (PPCUS\$)

Países	Gasto anual em educação por aluno	Gasto anual em educação por aluno em relação ao PIB per capita (%)
Alemanha	4.237	17
Coréia	3.714	23
Dinamarca	7.572	26
Espanha	4.168	20
Estados Unidos	7.560	21
França	4.777	18
Grécia	3.299	19
Itália	6.783	27
Japão	5.771	22
México	1.357	15
Portugal	4.181	23
Reino Unido	4.415	17
Média dos países OCDE	4.850	20
Argentina	1.655	14
Chile	2.110	22
Índia	405	14
Paraguai	802	15
Peru	431	9
Uruguai	1.202	14
Brasil	832	13

Fonte: OCDE (2004) / (PPC) – Paridade do Poder de Compra / (OCDE) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Em termos de proporção dos gastos com aluno por ano comparados ao PIB per capita, a situação do Brasil também está aquém da média da OCDE- 13% contra 20%, respectivamente. Mais uma vez, a situação é inferior à da Coréia (23%). Quanto ao México, a diferença é pequena. No caso da América do Sul, o país também se encontra em posição menos favorável que o Chile (22%), porém seu desempenho aproxima-se do apresentado pela Argentina e pelo Uruguai (ambos com 14%). Ainda que se chame a atenção para o fato da existência de grande desigualdade na distribuição da renda no Brasil, a comparação dos gastos com o PIB per capita é útil como referência para contrastar o esforço de investimento em educação do país em nível internacional.

4.1.2 Valorização do Magistério

Segundo a EC nº 14/96, pelo menos 60% dos recursos do Fundo em cada Estado e município devem ser destinados ao pagamento dos professores do Ensino Fundamental em efetivo exercício no Magistério. A Lei 9.242/96 regulamenta que esses recursos podem ser usados para pagar professores de Fundamental em efetivo exercício no ensino regular, especial e indígena, abrangendo aqueles em sala de aula e também os que exercem atividades de suporte pedagógico em uma ou mais escolas da respectiva rede de ensino, como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Os profissionais remunerados com recursos do Fundef podem ter relação trabalhista com a rede tanto como integrantes do Regime Jurídico Único do Estado ou do Município, quanto como da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ou contratados temporariamente para substituir formal e legalmente algum professor da rede ou para suprir a carência de docentes. Contudo, não se pode pagar professores terceirizados, pois constitui prestação de serviços e não vínculo empregatício do docente com o Estado ou Município.

O restante dos recursos do Fundef, os 40%, poderão ser utilizados em remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando

precipuaamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento do ensino (como vigilância, limpeza e conservação, materiais de consumo, dentre outros); amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos outros itens (como quitação de empréstimo para construção de escola etc.); e, por fim, aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar.

Para que o percentual destinado ao pagamento de professor também tenha reflexos qualitativos na educação e no intuito de que o Fundo realmente contribua para a valorização do magistério, a Lei nº. 9.242/96 determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem novo plano de carreira e de remuneração do magistério. Somando-se a isso, a Lei faculta o investimento dos 40% restantes na elevação da qualificação dos docentes, por meio de programas de formação continuada. A LDB, em seu art. 62, determina que os professores da Educação Básica deverão possuir formação em nível superior (licenciatura plena), admitindo como formação mínima a de nível médio, modalidade normal, para o exercício da docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

O impacto do Fundef pode ser percebido pela análise do número de professores em exercício no Ensino Fundamental e a evolução da remuneração dos mesmos. De acordo com Semeghini (2001), entre 1997 e 2000 houve um crescimento do número de funções docentes neste nível de ensino em torno de 10%, basicamente nas redes municipais, destacando-se o aumento daqueles com formação em nível médio (modalidade normal) e em nível superior (licenciatura plena) – os quais representavam a grande maioria desses profissionais. A possibilidade de utilizar os recursos do Fundo para habilitação de professores leigos levou a uma redução no percentual destes nos quadros das redes públicas, caindo de 6,3% para 3,1% entre 1997 e 2000, devido à elevação da escolaridade dos professores em exercício, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Quanto à remuneração, houve melhoria generalizada, com aumento de 29,5% dos salários médios para o mesmo período, contra 12% de inflação (INPC/IBGE). Os docentes da rede municipal foram os maiores beneficiados, mais ainda em áreas mais pobres, o que contribuiu para reduzir um pouco a disparidade entre os padrões de remuneração no país.

Vale lembrar que os investimentos em formação inicial e continuada do corpo docente não se limitam aos recursos oriundos do Fundef, pois os Estados e

municípios devem aplicar 25% de todas as suas receitas de impostos e transferências na educação, por força de lei, o que vai além dos recursos direcionados ao Fundo. Os recursos não direcionados ao Fundo podem ser utilizados em formação, Educação Infantil e Ensino Fundamental pelos Municípios, e em formação e ensinos Fundamental e Médio pelos Estados. Cabe a cada um desses governos determinarem sua estratégia de oferta de educação para a população, e, conseqüentemente, imprimir o grau de qualidade que lhe convier, dentro do permitido orçamentariamente.

Por outro lado, cabe, por sua vez, aos beneficiados e aos interessados exercerem a pressão necessária, utilizando os mecanismos legais pertinentes, para que os referidos investimentos na qualidade da educação pública sejam efetivados nas redes estaduais e municipais de ensino.

4.1.3 Participação e Controle Social

Em relação a mecanismos sociais de acompanhamento e fiscalização, a organização dos recursos para a oferta da educação, no tocante à aplicação dos recursos do Fundef, deve ser acompanhada pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, conforme o art. 4º da Lei 9.242/96. Cabe a estes Conselhos o acompanhamento e o controle social da repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo. A infra-estrutura (espaço para reuniões, material, equipamentos etc.) fica por conta do poder executivo local, bem como o fornecimento das informações necessárias ao exercício das funções do Conselho (registros contábeis e demonstrativos gerenciais etc.). A comprovação da aplicação dos recursos do Fundef deve ser feita mensal, bimestral e anualmente, podendo o poder executivo responsável sofrer penalidades em caso de irregularidades. O Conselho pode encaminhar as denúncias para o chefe do executivo, para o legislativo local, Tribunais de Contas, Ministério Público ou para o Ministério da Educação, de acordo com o que for mais pertinente

Para assegurar o legítimo e transparente exercício de suas funções, os Conselhos são independentes dos governos estaduais e municipais, apesar de terem membros dos poderes executivos em seu colegiado; e devem ser criados com o envolvimento do poder legislativo e tendo a participação de entidades de classe

(conselhos de educação, associação de pais e mestres, representante dos dirigentes da educação, associação de professores etc.), na indicação dos seus componentes.

Em junho de 2000, 92,6% das redes estaduais e 93,1% das municipais já possuíam os Conselhos funcionando. Desses, 85,2% e 65,4%, respectivamente, contavam com representantes indicados por entidades de classe – pais, trabalhadores em educação, etc. (SEMEGHINI, 2001). Visando ao cumprimento do papel desses Conselhos, o MEC realizou treinamentos com os conselheiros municipais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os esforços, juntamente com outras ações de sensibilização, resultaram em um progresso no desempenho de determinados Conselhos, os quais chegam a acompanhar não só a execução do Fundef, mas, igualmente, questões de melhoria de infra-estrutura e pedagógica nas escolas com recursos do Fundo.

4.2 A PROPOSTA DO FUNDEB

O Ministério da Educação avançou no desenho de uma proposta de expansão do sistema de financiamento da educação para abranger o Ensino Médio e a Educação Infantil. Apesar de a Constituição estabelecer como obrigatório o Ensino Fundamental, ela igualmente define no art. 208, inciso II, que é dever do Estado a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito – fato ratificado na LDB como progressiva extensão da obrigatoriedade deste nível educacional. Portanto, um sistema de financiamento que abranja os outros níveis de ensino considerados está em consonância com o proposto originalmente pela Carta Magna há 17 anos.

Quando se analisa a evolução do arcabouço legal, percebe-se que vários dos elementos que compõem a proposta do MEC já haviam sido colocados, ainda que de forma embrionária, por diversas Propostas de Emenda Constitucionais – PECs. Podem ser citadas: proposta de prolongamento da vigência do Fundo; inclusão da Educação Infantil no Fundo ou criação de um fundo específico para esse nível da educação; e a proposta de um fundo para Educação Básica (ABREU, 2003).

Portanto, o novo Fundo não só é mais abrangente do que o Fundef, como também lida melhor com as questões étnico-raciais. Ainda cabe melhorias para poder contemplar plenamente essas questões, mas o novo desenho já é um avanço

significativo. A discussão agora é se os recursos realmente chegarão a cada público-alvo no montante devido, dado que os recursos serão destinados ao novo Fundo de acordo com as matrículas em cada uma destas faixas, mas não há nenhum atrelamento entre o recurso e o público da faixa a ser beneficiada. Isto se constitui em um problema de incentivos e de flexibilidade na aplicação dos recursos do Fundeb.

4.3 ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO EM 2007

A cidade de Lajes Pintadas (RN) no exercício de 2007, segundo Demonstrativo FUNDEF/FUNDEB do Ministério da Educação, foi beneficiada com o repasse de receitas no montante de R\$ 1.058.066,55, sendo aplicados 61,62% dos recursos no pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício e 48,14% nas demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, dessa forma, o município nesse exercício cumpriu o que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina. E ainda, recebeu como repasse, nesse mesmo período, recursos oriundos do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, da ordem de R\$ 3.080.945,27 e mais alguns repasses como; ITR no valor de R\$ 559,53, LC 87/96 no valor de R\$ 1.174,17, CIDE no valor de R\$ 23.978,32 e FEX no valor de R\$ 5.541,50, totalizando um montante anual ao município no valor de R\$ 4.171.211,25, conforme relatório da Secretaria do Tesouro Nacional da Fazenda.

4.4 MATRÍCULAS REALIZADAS

Em conformidade com os dados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a Cidade de Lajes Pintadas possui um número de 913 alunos matriculados na rede municipal de ensino, para o ano letivo de 2008, assim, distribuídos da pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental nas 13 (treze) Escolas Municipais, onde 2 (duas) estão situadas na Cidade e as demais na Zona Rural.

Confrontando os dados acima citados e analisando/comparando o número de alunos matriculados em 2008 com o total das receitas recebidas no exercício de 2007 observa-se que se o Município aplicar, apenas, os recursos oriundos do

FUNDEF/FUNDEB do Ministério da Educação que somou R\$ 1.058.066,55 no período de 2007, para cada aluno matriculado o Município investiria o valor de R\$ 1.158,89 por ano.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura o número de alunos matriculados no ano de 2008 na Rede Estadual de Ensino foi de 639, sendo: 341 alunos no Ensino Médio e 298 no Ensino Fundamental que abrange do 1º ao 9º ano, e que estão distribuídos em 3 (três) Escolas Estaduais localizadas no Município. Assim sendo, estes alunos custeados com recursos do Governo Estadual do Rio Grande do Norte, tendo em vista que as Escolas Estaduais e seus Profissionais do Magistério são mantidos pelo Estado. Mas fica a observação da importância do Ensino municipalizado, de que o Município participa mais diretamente do seu desenvolvimento, apurando suas necessidades do dia-a-dia e aplicando os seus recursos no momento e local apropriado, enquanto que o Estado faz um trabalho à distância.

curriculares nacionais para o Ensino Médio contextualizados para a sociedade da informação/conhecimento em um cenário globalizado e, principalmente, a questão da educação profissional.

A despeito da difusão de novas tecnologias e inovações organizacionais, modernas e velhas práticas produtivas coexistem no Brasil, tanto na parte técnica-operacional, quanto na gestão, muitas vezes dentro das próprias empresas consideradas inovadoras. No bojo desse processo heterogêneo de modernização, a educação profissional se torna vital e estratégica. Além disso, uma atenção diferenciada deve ser dada à Educação para Jovens e Adulto, aliada à economia solidária e à qualificação, dentro do contexto de geração de trabalho e renda no Brasil.

A construção de uma política nacional de Educação em tempo integral deve englobar ações de ensino básico e continuado. Visto que, ao ingressar na pré-escola o aluno já começa a preparação para seguir estudando de forma integrada até ingressar na universidade, e em seguida entra na fase da profissionalização para poder participar do mercado globalizado.

Em suma, para o devido alcance das metas colocadas para a área de educação nos objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e para a transformação das intenções da Declaração do Milênio das Nações Unidas em um projeto nacional de desenvolvimento integral, faz-se necessário avançar no aperfeiçoamento do sistema de financiamento da educação, em seus níveis e modalidades, atentando mais detidamente para o enfrentamento das desigualdades regionais e étnico-raciais. A promoção de uma educação de qualidade e para todos passa pela reflexão sobre a relação entre educação e mercado de trabalho, o que demanda nova abordagem do ensino e das ações de qualificação profissional no Brasil. A construção de um novo paradigma para a educação profissional no país, sob a ótica da cidadania e da sustentabilidade, é um desafio a ser encarado para além das Metas do Milênio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ivan Castro de. Gastos com Educação no período de 1994 a 1999. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** v. 82, n. 200, 201, 202. Brasília: jan/dez. 2001, p. 137-198.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas da administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394. Brasília, 1996.

CARTNER, Ivan Ricardo. **Análise de projetos em banco de desenvolvimento**. Florianópolis: Ed. Da UFAC, 1998.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira. **Revista educação e sociedade**, Campinas: v. 23, n. 81 dez. 2002, p.247-270.

CAVALIERE, Ana Maria V.; COELHO, Lígia. Martha C. **Educação Brasileira e(m) Tempo Integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996, p. 209.

COELHO, Lígia Martha. Escola pública de horário integral. **Revista Presença Pedagógica**, maio/junho de 1997. Disponível em: www.editoradimensao.com.br/revistas. Acesso em: 20 fev. 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo; Atlas, 1981.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FERRARI, Afonso Trujilo. **Metodologia de pesquisa científica**. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1982.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Bookman, 2001.

GONÇALVES, A. Sergio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Revista Cadernos Cenpec**, n. 2, São Paulo, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MACONI, Mariana de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Escola pública de horário integral**. Disponível em: www.anped.org.br/rbe27/anped-n27-art03.pdf. Acesso em: 06 mar. 2009.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Atlas, 2000.

PASSOS, Carlos Roberto; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

SALAMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, José Evaristo dos. **Mercado financeiro brasileiro: instruções e instrumentos**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo. Atlas, 1987.

SEMEGHINI, Ulisses Cidade. **FUNDEF: Uma Revolução Silenciosa**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.